

Os crimes que transformaram mães em ativistas contra a violência policial

(BBC Brasil, 08/05/2016) Na noite de 17 de maio de 2006, a aposentada Vera Lúcia Freitas estava em casa com o marido, na periferia de São Vicente (SP), na Baixada Santista, quando ouviu disparos de armas de fogo.

A alguns quarteirões dali, o filho Matheus Andrade de Freitas, 21 anos, deveria estar em aula. Naquele dia, porém, a escola suspendera atividades após boatos sobre um toque de recolher que deveria ser seguido em todo o Estado de São Paulo.

Leia mais: [O primeiro Dia das Mães das vítimas das chacinas de Osasco e Barueri \(Ponte, 08/05/2016\)](#)

Na volta para casa, Matheus e amigos pararam em uma pizzaria do bairro, um dos poucos lugares abertos naquela noite.

“Quem estava na pizzaria e conseguiu fugir contou que primeiro passou um carro escuro, de cor difícil de ser definida à noite”, conta Vera. Descrições daquele tipo de carro apareceriam em outras histórias de crimes naquela semana.

“Em seguida surgiram duas motos, com dois homens encapuzados em cada uma, atirando. Primeiro dispararam à queima-roupa no amigo do meu filho, Ricardo. Começou uma correria, as pessoas fugiram para o morro, onde termina o bairro.”

Ao escutar a confusão, o marido de Vera correu pela rua em busca do filho. “Duas quadras adiante, estava o Ricardo agonizando no chão, com vários tiros pelo corpo”. Na esquina, o pai avistou o corpo de Matheus. “Ele estava no chão, com três balas entre a cabeça e o pescoço”, conta.

“Meu marido entrou em desespero e colocou o Matheus nas costas, mas ele já estava morto. Nesse momento, chegou a polícia, que não fez nada para ajudar e nem foi atrás de quem havia atirado. Deduzimos que, pelo fato dos policiais terem chegado tão rápido ao local, eles já estavam ali, somente esperando as coisas acontecerem.”



Vera Lúcia Freitas e o marido, João Correia de Freitas, em manifestação na Praça da Sé, em São Paulo, em 2015 (Foto: Divulgação)

O marido de Vera, então, levou o filho para a Santa Casa de Santos. “O hospital estava cheio, de corpos e de policiais, que foram para lá em vez de irem atrás dos assassinos. Uma enfermeira estava gritando com os policiais: ‘Parem de matar e trazer para cá, a gente já não aguenta mais!’”, relembra.

Morte pelo rádio

Na noite do Dia das Mães daquele 2006, o gari Edson Rogério Silva dos Santos, 29 anos, havia passado na casa da mãe, a dona de casa Débora Maira da Silva, para buscar um remédio.

Por causa do toque de recolher, não havia farmácias abertas na região. No dia seguinte, Débora soube, escutando o rádio, que tinha havido uma chacina naquela noite, com 16 pessoas assassinadas.



Débora da Silva com cartaz do filho Edson dos Santos, morto em maio de 2006 (Foto: Divulgação)

O nome de Edson estava na relação de mortos informada naquele noticiário de rádio. O rapaz tinha sido abordado às 23h30, na volta para casa, no morro da Nova Cintra, periferia de Santos, por homens encapuzados que o mataram com um tiro no coração e dois no pulmão.

Com o crime, Débora entrou em depressão e foi internada. No hospital, conta ter visto o filho. “Ali, ele me deu uma tarefa: seguir meu caminho e não abaixar a cabeça para o Estado.”

Ao receber alta, Débora resolveu procurar mães que tiveram filhos assassinados naquela semana de maio.

O mês que não terminou

A onda de assassinatos ocorridos entre os dias 12 e 16 de maio de 2006 ficou conhecida como os “crimes de maio”.

Tudo começou no dia 11, quando a Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo informou que iria transferir 765 presos para a Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, de segurança máxima.

Segundo a secretaria, a medida visava combater organizações criminosas que estariam planejando rebeliões nas cadeias paulistas para o Dia das Mães daquele ano.

Os primeiros crimes ocorreram no dia 12, quando Marcos Willians Herba Camacho, o Marcola, considerado pela polícia o líder da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital), foi transferido para o sistema de segurança máxima.

Naquela noite, integrantes do PCC atacaram delegacias, membros da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros e da Guarda Civil Metropolitana, iniciando uma das maiores ofensivas da história contra as forças da segurança pública paulista.



Grupo de policiais civis de guarda após ataque a base policial em São Paulo em maio de 2006

(Foto: Getty Images)

Nos dias seguintes, pessoas civis, ligadas ao crime ou não, com passagem ou não pela polícia, começaram a morrer assassinadas.

Para intensificar o terror daqueles dias, mais de 90 veículos foram incendiados e houve uma série de boatos sobre toques de recolher em todo o Estado, além de uma ameaça de bomba no aeroporto de Guarulhos.

De acordo com números da Secretaria de Segurança Pública, 493 pessoas, sendo 450 civis e 43 agentes públicos, morreram por arma de fogo naquela semana em São Paulo, uma média de 30 mortes por dia.

Um estudo de 2009 da Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), dirigido pelo professor Ignacio Cano, apontou que o Dia das Mães de 2006 foi a data mais crítica: 107 pessoas foram mortas, sendo que, para cada agente policial morto, houve 10 civis assassinados.

O relatório “São Paulo sob ataque”, de maio de 2011, realizado pela ONG Justiça Global e pela Clínica Internacional de Direitos Humanos da Universidade de Harvard, apontou que 122 pessoas foram mortas apenas naquela semana, e apontou indícios da ação de grupos de extermínio.

O governo de São Paulo diz que todos os casos foram investigados com rigor pela Polícia Civil e pela Corregedoria da Polícia Militar, e que denúncias de eventuais crimes cometidos por policiais também foram apuradas.

Mães em luta

A primeira mãe que Débora procurou foi Ednalva Santos, mãe do balconista Marcos Rebello Filho, 26 anos, morto na saída de uma lan house em Santos, com nove tiros à queima-roupa, sendo três na cabeça. Mais uma vez, os assassinos foram homens encapuzados.

Juntas, foram até a casa de Vera. Lá, conheceram uma quarta mãe, a cabelereira Vera Lúcia dos Santos, que havia perdido a filha, Ana Paula dos Santos, 20 anos, naquela mesma semana.

A mulher e o marido haviam saído de casa à noite para comprar leite para a filha. À porta de uma padaria, foram abordados por homens encapuzados em um carro escuro, que atiraram contra o casal.

Ana Paula, que estava grávida e teria o filho no dia seguinte, foi alvejada por um tiro na barriga e outro na cabeça.

A união dessas quatro mulheres originou o movimento social Mães de Maio, liderado por Débora.



Integrantes do Mães de Maio em ato na capital paulista no ano passado (Foto: Divulgação)

“Percebemos que não havia interesse em solucionar os crimes em Santos. Então subimos para São Paulo com dois endereços: o do Condepe (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) e o da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, que pegamos em um jornal”, diz Débora.

Em busca de Justiça

A ativista Vera conta que começou sua própria investigação quando pediu à Justiça para ver os processos de Matheus e Ricardo.

“No processo do Ricardo estava o atestado toxicológico, confirmando que ele não tinha nada no sangue, mas no do meu filho não havia isso. Comecei a ler as alegações do delegado. Ele pedia o arquivamento dos processos e afirmava que o crime poderia ter sido em razão de dívidas de droga e que a morte dos meninos era ‘queima de arquivo’. Estavam criminalizando os dois.”

Vera, então, conseguiu o resultado do exame toxicológico de Matheus, que confirmava não haver substância tóxica no sangue dele.

Ricardo Noronha, 17 anos, que jogava futebol, havia sido convocado para jogar profissionalmente no Santos Futebol Clube dias antes de morrer. “Mesmo assim, o parecer não foi alterado e os dois processos foram arquivados”, conta.

Em 2016, ano em que completa dez anos, o grupo entrou para a Rede Internacional de Mães e Familiares de Vítimas do Estado, gerida pela Anistia Internacional.

“Nosso nome é para lembrar que não temos o direito de comemorar o Dia das Mães porque nos falta um filho”, explica Débora. Algumas mães do movimento morreram nos últimos anos e nenhum dos crimes foi resolvido.

Para Vera, cada ano que passa e nada é feito, as coisas ficam mais complicadas. “Eu, como mãe, tenho uma sensação horrível”, desabafa.

“Às vezes eu não sei como tenho aguentado tantos anos. Essa dor não passa. É uma falta, uma saudade. Desde que o Matheus morreu, é muito difícil caminhar pelo bairro. Fico vendo ele voltando da escola, com o uniforme, segurando a mochila.”

E chora. “A gente pode ter dez, vinte filhos, mas cada um tem o seu espaço. Me levaram um pedaço que não tem como repor. Essa dor só piora com a injustiça desses dez anos.”

Outro lado

A Secretaria de Segurança Pública informou, em nota, que as mortes ocorridas em maio de 2006 “foram investigadas pela Polícia Civil e pela Corregedoria da PM”.

“As investigações foram acompanhadas pelo Ministério Público e relatadas à Justiça. Todas as ocorrências de morte foram apuradas, à época, com rigor, assim como as denúncias de eventuais homicídios que poderiam ter policiais como autores”, afirmou a pasta.

Procurada pela reportagem, a Polícia Militar de São Paulo não respondeu.

Lais Modelli

Acesse no site de origem: [Os crimes que transformaram mães em ativistas contra a violência policial \(BBC Brasil, 08/05/2016\)](#)